

Artigo

A Costa Rica na moral internacional da descarbonização: Interações políticas multiescalares

Andrés Jiménez Corrales

251

Resumo

Este artigo analisa a construção de uma moral internacional da descarbonização e suas relações com projetos em escala nacional. O objetivo central do trabalho foi explorar as interações multiescalares entre a moral internacional da descarbonização e sua apropriação nacional, com estudo de caso da Costa Rica e sua construção simbólica como um país exemplar da descarbonização. Para isso, nos atemos às discussões em torno da formulação da Política Nacional de Descarbonização da Costa Rica.

Os principais resultados revelam que a descarbonização emerge como a resposta moral dominante diante da crise climática, ao centrar-se na gestão técnica dos gases de efeito estufa e deslocar a necessidade de transformações estruturais do sistema capitalista. Paralelamente, a Costa Rica instrumentalizou esse marco para reforçar sua imagem internacional como Estado ambientalmente exemplar, utilizando a descarbonização como estratégia para posicionar-se em mercados verdes, atrair investimentos transnacionais e negociar vantagens geoeconômicas.

Conclui-se que, embora a descarbonização ofereça soluções práticas, ela também opera como discurso político que oculta interesses econômicos subjacentes e contribui para perpetuar as dinâmicas sistêmicas geradoras da crise climática. Por fim, diante da urgência da crise climática, as reflexões críticas sobre as respostas hegemônicas e os processos ideológicos que constroem a realidade socioecológica apresentam-se como um imperativo para avançar rumo a um horizonte de justiça social e ecológica.

Palavras-chave: Moral internacional; descarbonização; geopolítica; consenso; hegemonia.

Costa Rica en la moral internacional de la descarbonización: Interacciones políticas multiescalares

Resumen

Este artículo analiza la construcción de una moral internacional de la descarbonización y su relación con proyectos a escala nacional. El objetivo central de este trabajo fue explorar las interacciones multiescalares entre la moral internacional de la descarbonización y su apropiación nacional, con un estudio de caso de Costa Rica y su construcción simbólica como país ejemplar de descarbonización. Para ello, examinamos los debates en torno a la formulación de la Política Nacional de Descarbonización de Costa Rica.

Los principales hallazgos revelan que la descarbonización emerge como la respuesta moral dominante ante la crisis climática, al centrarse en la gestión técnica de los gases de efecto invernadero y desplazar la necesidad de transformaciones estructurales del sistema capitalista. En paralelo, Costa Rica instrumentaliza este marco para reforzar su imagen internacional como Estado ambientalmente ejemplar, utilizando la descarbonización como estrategia para posicionarse en mercados verdes, atraer inversiones transnacionales y negociar ventajas geoeconómicas.

Se concluye que, si bien la descarbonización ofrece soluciones prácticas, opera también como discurso político que enmascara intereses económicos subyacentes, contribuyendo a perpetuar las dinámicas sistémicas generadoras de la crisis climática. Finalmente, ante la urgencia de la crisis climática, las reflexiones críticas sobre las respuestas hegemónicas y los procesos ideológicos que construyen la realidad socioecológica, se presentan como un imperativo necesario para avanzar hacia un horizonte de justicia social y ecológica.

Palabras clave: Moral internacional; descarbonización; geopolítica; consenso; hegemonía.

Costa Rica in the international moral of decarbonization: Multi-scalar political interactions

Abstract

This article analyzes the construction of an international decarbonization morale and its relationship with projects on a national scale. The central objective of this work was to explore the multi-scale interactions between the international decarbonization morale and its national appropriation, with a case study of Costa Rica and its symbolic construction as an exemplary decarbonization country. To do this, we looked at the discussions surrounding the formulation of Costa Rica's National Decarbonization Policy.

The main findings reveal that decarbonization emerges as the dominant moral response to the climate crisis by focusing on the technical management of greenhouse gases while displacing the need for structural transformations of the capitalist system. Concurrently, Costa Rica instrumentalizes this framework to reinforce its international image as environmentally exemplary state, employing decarbonization as a strategy to position itself in green markets, attract transnational investments, and negotiate geoeconomic advantages.

It is concluded that, although decarbonization offers practical solutions, it also operates as a political discourse that masks underlying economic interests and contributes to perpetuating the systemic

dynamics generating the climate crisis. Finally, given the urgency of climate change/crisis, critical reflections on hegemonic responses and the ideological processes that construct socioecological reality are imperative for advancing toward a horizon of social and environmental justice.

Keywords: International morality; decarbonization; geopolitics; consensus; hegemony.

Introdução¹

Em 2019, a Costa Rica recebeu o mais alto galardão ambiental da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado “Campeões da Terra”, por seus esforços na proteção da natureza e por suas políticas de combate à crise climática. Esse prêmio reconheceu a liderança mundial do país em sustentabilidade, impulsionada pela criação do “Plano Nacional de Descarbonização, 2018-2050” (UNEP, 2019a). Esse acontecimento consolidou o “lugar” simbólico da Costa Rica na moral internacional como exemplo nas ações contra a crise climática e em prol da sustentabilidade. Analisar essa moral é relevante para o debate público ao constituir um campo de relações de poder em várias escalas entre atores, os quais não somente reconhecem problemas sociais, mas também delimitam interpretações e soluções consideradas legítimas (Butt, 2018; Sundar, 2018).

Nessas relações de poder assimétricas, os atores atuam, interagem e apropriam-se desigualmente dessa moral. Assim, este artigo examinará as interações multiescalares entre a moral internacional da descarbonização e sua apropriação nacional, tomando como estudo de caso a Costa Rica e sua construção simbólica como um país exemplar da descarbonização. Para isso, serão analisados os valores morais presentes nos discursos ao redor da criação do “Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica”, visando compreender as interações entre projetos nacionais e agendas globais.

¹ A maioria das citações e nomes de políticas da Costa Rica mencionadas neste artigo consiste em traduções livres do autor para o português. Optou-se por manter o texto em um único idioma para garantir a fluidez e facilitar a compreensão do argumento.

A escolha da Costa Rica como estudo de caso se justifica por sua trajetória histórica: desde a década de 1990, o país estruturou uma política exterior pautada pela imagem de liderança, compromisso e responsabilidade ambiental. Além disso, consolidou-se como espaço de experimentação do desenvolvimento sustentável, reforçando a narrativa de ser um país excepcional em questões ambientais (Ramírez, 2020). Diante de um novo ciclo de formulação de políticas ambientais no país, surge o interesse em investigar quais valores são mobilizados, apropriados e projetados para construir uma imagem-país na moral ambiental internacional, bem como questionar os limites das soluções hegemônicas aceitas como respostas adequadas para fazer frente à crise climática.

Parte-se da premissa de que a Costa Rica é reconhecida hegemonicamente como exemplo de liderança ambiental (Gutiérrez; Granados, 2020; Ramírez, 2020). Essa ideia, dotada de vida social, é utilizada como mecanismo político para intervir na realidade e mobilizar ações e recursos. Nesse sentido, busca-se compreender como esse discurso é incorporado, adaptado e instrumentalizado no projeto de descarbonização, interrogando o seu uso ideológico na sustentação das estruturas que perpetuam a crise climática.

A “exemplaridade” é aqui entendida como categoria-síntese utilizada por agentes hegemônicos para construir e projetar uma imagem com objetivos (geo)políticos. Tal categoria serve como ferramenta analítica para desvendar valores concretos e refletir sobre os seus apelos sociais em contextos de crise (Robbins, 2015). A partir da análise empírica, propõe-se, como introdução ao debate, que a exemplaridade costarriquenha na descarbonização se estrutura em valores como excepcionalidade, liderança, tradição, orgulho nacional e sustentabilidade econômica.

Os resultados dialogam com a literatura acadêmica internacional que critica as respostas hegemônicas à crise ecológica e climática, considerando-as como sustentadoras e reprodutoras do problema (Bringel; Svampa, 2023; Moreno; Chassé; Fuhr, 2016; Morton, 2018; Pohl; Swyngedouw, 2023; Porto-Gonçalves, 2006; Rodrigues, 2005, 2012;

Souza, 2009; Swyngedouw, 2011, 2021). No contexto costarricense, articula-se com estudos que questionam a construção da imagem “verde” do país como parte de uma agenda neoliberal, a qual reproduz desigualdades socioecológicas e sustenta processos de acumulação de capital (Gutiérrez, 2020; Gutiérrez; Granados, 2020; Herrera, 2013; Monge, 2014; Ramírez, 2017, 2020).

A análise se insere na tradição interdisciplinar da Ecologia Social (Bookchin, 1991, 2015a, 2015b) e da Ecologia Política (Escobar, 2011; Krenak, 2018; Machado, 2023; Porto-Gonçalves, 2012), contribuindo para o debate sobre o “consenso da descarbonização” (Bringel; Svampa, 2023). Esse consenso, baseado na transição de matrizes energéticas, sustenta um “colonialismo energético” que posiciona países do Sul Global como fornecedores de recursos para tecnologias “limpas” ou como lugar de produção de energias de fontes renováveis, gerando novas zonas de sacrifício e exclusão social (Bringel; Svampa, 2023). Argumenta-se, nesse artigo, que tal consenso é respaldado por uma moral internacional que legitima ações como urgentes e necessárias, confere prestígio a agentes específicos e cria condições simbólicas para a acumulação capitalista.

Após a introdução, será desenvolvida uma reflexão crítica sobre a crise climática e o conteúdo moral das respostas hegemônicas. Em seguida, será examinada a descarbonização como estratégia central na moral internacional para combater a crise climática. Por fim, analisar-se-á o caso da Costa Rica: primeiro, explorando sua construção como exemplo de liderança ambiental mundial; depois, desvendando os valores morais mobilizados e articulados pelo Plano Nacional de Descarbonização para consolidar sua imagem exemplar.

1. A crise climática em questão

O século XXI tem sido marcado por diversas expressões de crises, que vão desde conflitos armados, invasões imperialistas, crises econômicas, genocídios, megadesastres,

incêndios massivos, incremento da temperatura global e até uma pandemia. De todas elas, poderíamos afirmar que a crise climática é o problema social mais evidenciado em todo esse tempo, ao ponto de ser normalizada como condição da realidade e de existência no mundo.

Ante essa situação, no decorrer do tempo apareceu um conjunto de respostas, desde a criação de políticas, pactos ou compromissos internacionais assumidos pelos Estados, até a criação de mercados/mercadorias “verdes” ou “sustentáveis”. Essas reações ao problema transformaram-se em “senso comum” (Gramsci, 2007), inclusive causando estranhamento ou indignação na opinião pública se agentes hegemônicos, como Estados ou empresas, não expressam certo compromisso “ambiental”.²

Em consequência, assistimos à construção de um consenso sobre a existência do problema da crise climática, suas causas e suas possíveis soluções.³ Apesar disso, a realidade demonstra que, ainda com todo o aparelho e recursos mobilizados, a situação é pior agora do que quando começou o milênio (Swyngedouw, 2021). Em vista disso, neste artigo questionamos as formas-conteúdo hegemônicas de identificação das causas, responsabilidades e saídas ao problema, e não a existência da crise em si. Nesse sentido, argumentamos que as reações dominantes podem contribuir para sustentar a crise e envolver a sociedade num círculo perverso de intensificação do problema. É nessa interpretação que enquadramos nossa reflexão da moral internacional da descarbonização e sua territorialização pelo Estado costarricense.

Para começar, é importante trazer à discussão que uma mudança climática não necessariamente representa uma crise. No mundo capitalista, essa transformação bioclimática se torna crise quando ameaça as condições socioecológicas que sustentam o sistema de organização territorial e de produção dominante. Frente a esse problema, os agentes capitalistas hegemônicos há tempos tentam se sobrepor às mudanças do clima

² Optamos por utilizar o termo ambiente entre aspas porque consideramos que é uma palavra posicionada como significante vazio no discurso hegemônico (Morton, 2018; Swyngedouw, 2011).

³ Bringel e Svampa (2023) denominam isso como consenso da descarbonização, o qual estabelece um diagnóstico e soluções adequadas para a crise climática.

e do sistema bio-geo-físico em geral, mediante a criação de uma “sensibilidade ambiental” que colocou a ideologia do capitalismo sustentável como resposta e solução adequada e universal (O’Connor, 2000).

Atualmente não estamos somente frente a uma questão climática-atmosférica – pensamento simplificador – mas diante de um modo de perceber, conceber, ser e estar no mundo, articulado pela hegemonia capitalista, moderna, patriarcal e colonial que cria e acrescenta o problema (Machado, 2023). Esse fato nos leva a refletir sobre a totalidade sistêmica e, com isso, ir além das aparências do problema apresentadas pelos agentes hegemônicos. A partir desse ponto, podemos pensar em duas questões: 1. Que os “problemas” ambientais são problemas sociais, os quais não representam uma situação externa da sociedade, mas são produto e condição das formas de organização capitalista e seus modos de apropriação da natureza, e 2. Que o aquecimento global antropogênico (mudança climática) é reflexo de uma crise ecológica maior, resultado de uma forma de simplificação social dos processos ecológicos do planeta (Bookchin, 2010a, 2010b).

Neste sentido, a diferença substancial entre mudança e crise climática, é que a primeira conceituação se refere ao processo biofísico geral de mudança do clima global, com ou sem a participação humana. Crise, por sua vez, representa a fase social da mudança climática, situação que tenciona os modos hegemônicos de organização da sociedade e suas dinâmicas.

Atualmente, essa mudança no clima tem a variável humana como um elemento a mais para o seu desenvolvimento. A interação social produzida pelo capitalismo industrial possibilitou uma ruptura metabólica que criou condições para “acelerar” o aquecimento global e a mudança iminente no clima. Contudo, essa ruptura é produto de um modo de interagir no mundo capitalista – chamado Capitaloceno – e não responsabilidade da humanidade como um todo homogêneo (Machado, 2023; Moore, 2022). Essa perspectiva permite ir além de visões reducionistas que posicionam o uso de combustíveis fósseis como causa e condição do problema (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016).

A crise climática representa uma situação socioecológica que aparece como uma emergência com afetações e implicações sociais e ecológicas desiguais (caráter material), mas também como uma oportunidade de ação que mobiliza visões de mundo, políticas, mercadorias ou recursos (caráter ideológico/instrumental). Essa forma de atuar aprofunda ou cria novos conflitos, como acontece no consenso da descarbonização com a geração de energia renovável (Bringel; Svampa, 2023), todavia procuram serem apagados, invisibilizados ou deslocados pelos agentes hegemônicos por meio de seus discursos verdes.

O reconhecimento internacional dessa crise foi paulatino e nele podemos identificar três conjunturas entrelaçadas. A primeira foi quando diferentes movimentos sociais e comunidades organizadas começaram, a partir da década de 1960, a denunciar os efeitos negativos da intervenção humana no sistema biofísico-climático e suas implicações na vida cotidiana (Porto-Gonçalves, 2012). A segunda, quando a comunidade científica internacional começou a estudar, principalmente a partir da segunda metade do século XX⁴, alterações no sistema biofísico-climático, como o buraco na camada de ozônio, a extinção de espécies ou o incremento de gases de efeito estufa na atmosfera (Bookchin, 1991; Davis, 2017; Moreno; Chassé; Fuhr, 2016; Porto-Gonçalves, 2006). E a terceira, no momento em que atores hegemônicos do capitalismo (grandes empresas, Estados e organismos internacionais), especialmente a partir dos anos 1970, reconheceram a realidade da crise e avaliaram cenários futuros, concebendo essa situação como uma ameaça ao sistema social vigente e criaram convenções internacionais para o seu atendimento (Rodrigues, 2005).

Essas conjunturas permitiram criar um consenso que colocou a crise climática no centro da atenção social internacional. Esse consenso está composto, ao menos, por dois elementos: 1. O foco no excesso das emissões e gases de efeito estufa na atmosfera como

⁴ Mike Davis (2017) apresenta evidências de cientistas que, desde a Iluminismo e a época Vitoriana, sinalizaram as consequências da intervenção humana no clima terrestre (Davis, 2017). Apesar disso, neste trabalho afirmamos que foi a partir da segunda metade do século XX que isso se consolidou como uma preocupação internacional, sendo construída a questão ambiental como um senso comum.

causa única do problema (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016; Swyngedouw, 2021) e 2. O enaltecimento das “consequências ambientais” de um modo catastrófico, obstaculizando o reconhecimento das condições e causas estruturantes da crise (Moore, 2022; Pohl; Swyngedouw, 2023).

A crise climática foi instrumentalizada, transformando-se em política global e em quadro discursivo e de atuação moral para os agentes hegemônicos. Nesse sentido, poderíamos dizer que a globalização neoliberal teve a questão ambiental como um de seus eixos de articulação, além de contribuir para a sustentação dos interesses de acumulação de capital através da mercantilização da natureza (Brand; Görg, 2003).

1.2 Construindo consenso moral sobre a crise climática

Um dos primeiros instrumentos de política internacional que mobilizou o consenso moral sobre a crise climática foi a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em 1992. Esse documento trouxe um diagnóstico da situação e estabeleceu a estrutura fundamental de ação global para os países que seria seguida nos anos seguintes. Um dos aspectos-chave desta política foi a definição da estrutura de valoração do problema e as formas “adequadas” para seu confronto (ONU, 1992). A partir desse momento, as políticas contra a crise climática se tornaram parte do mundo político dos Estados e organismos internacionais e em uma fonte de preocupação sobre o futuro da sociedade (Rodrigues, 2005).

Nos preâmbulos da Convenção destacam-se o reconhecimento, a preocupação e a conscientização como valores frente ao problema climático atual (ONU, 1992). Esses valores se constituirão na estrutura que ordenará a relação social com a situação em questão. Além disso, representaram elementos que deram significado às ações desenvolvidas em escala internacional e ajudaram a criar uma estrutura de poder que delimitará a abordagem hegemônica da crise. Esse proceder gera uma hierarquia entre os países, per-

mitindo que aqueles que atuam de acordo com essas diretrizes sejam reconhecidos internacionalmente como Estados conscientes e responsáveis em termos humanitários e ambientais.

Os países signatários da Convenção reconhecem os efeitos negativos da crise climática para a sociedade. Essa observação está mediada por valores morais que concebem a crise como uma “preocupação comum para toda a humanidade”, estabelecendo a necessidade de cooperação entre os países, a responsabilidade de gerar uma resposta internacional coordenada e a obrigação de criar legislação nacional para enfrentá-la (ONU, 1992).

Essa abordagem desencadeou o estabelecimento de modos dominantes de conceber e fazer frente ao problema. Isso foi dirigido pela criação de um estado de urgência, alerta e até medo frente à crise. Ao mesmo tempo, colocou uma percepção que fabricará um sentimento de culpa na população. Isso permitiu a criação de um consenso global que faz pensar o problema como externo à sociedade e como responsabilidade de toda a humanidade, provocando uma despolitização da crise (Machado, 2023; Moore, 2022; Rodrigues, 2005; Swyngedouw, 2021).

Por outro lado, essa política localizou os critérios técnicos, científicos e econômicos, bem como o uso de novas tecnologias, no centro da formulação de respostas e soluções frente à crise (ONU, 1992). Esse proceder, posicionado como adequado, elevou a técnica e a tecnologia a um lugar central nessa moral, sobrecarregando-as com a expectativa de que, através dessa forma de acionar, se conseguiria superar a situação crítica. No entanto, nessa valoração se ignora que todo sistema técnico carrega consigo as contradições da sociedade que o criou, podendo gerar um círculo vicioso que reproduz o problema sob o pretexto de solucioná-lo (Porto-Gonçalves, 2006).

Da mesma forma, o critério econômico é posicionado como um guia para a resolução da crise, subordinando a aparição de soluções à sua rentabilidade (ONU, 1992). Estabeleceu-se assim o consenso de que as soluções devem ser pensadas desde sua idonei-

dade econômica, limitando a aparição de qualquer ação que questione ou gere uma ruptura nas dinâmicas de acumulação de capital em escala global. Em outras palavras, se estabelecem as condições estratégicas para adiar a solução do problema em favor de uma sustentação do capitalismo, mas agora criando a imagem de ser um sistema sustentável (Gudynas, 2020; O'Connor, 2000; Swyngedouw, 2021).

Ao mesmo tempo, foram estabelecidas diretrizes para a atenção adequada à crise. Nos objetivos, princípios e compromissos da Convenção, foi estipulada a necessidade de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa por meio de políticas nacionais que previam impactos adversos na economia, na saúde pública e na qualidade ambiental (ONU, 1992). Isso ajudou a posicionar a “métrica do carbono” como linguagem dominante na explicação do problema, enquanto simultaneamente o reduz ou simplifica (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016).

Em síntese, essa política estabeleceu as bases do consenso moral da sustentabilidade que iria dirigir diversas ações internacionais em temas de ambiente e clima no decorrer do tempo. Esse consenso moral está caracterizado por: 1. Reconhecer a crise climática como um problema e uma preocupação em escala global, pensada como um fato compartilhado e responsabilidade de toda a sociedade; 2. Posicionar os gases de efeito estufa como “inimigo comum” que devem ser “combatidos” por todas as pessoas, grupos ou Estados, sem reconhecer as desigualdades em sua produção; 3. Estabelecer a escala nacional (na figura dos Estados) como recorte idôneo para gerar política para resolver um problema global, demandando uma atuação obrigatória, coordenada e responsável pelos países; 4. Posicionar hierarquicamente a técnica, a tecnologia e a economia como variáveis centrais para viabilizar e justificar toda solução; e 5. Criar um estado de alerta e de urgência na opinião pública, o que permitiria mobilizar e amparar como necessária para a humanidade qualquer ação proposta para o clima.

2. A descarbonização como resposta moral hegemônica

A moral da descarbonização, posicionada como resposta adequada frente à crise climática, continuou se cimentando em subsequentes acordos internacionais. Em 1997, foi aprovado o Protocolo de Quioto como mecanismo de implementação da Convenção-Quadro de 1992. Com esse Protocolo, pretendia-se que os países industrializados determinassem formas de limitar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, estipulando uma meta de redução de 5% em relação aos níveis de 1990 (ONU, 1997). Nesse momento, ainda não era usado o termo “descarbonização”, mas com o estabelecimento de metas de mitigação vinculantes para os países signatários, criou-se a base para a sua futura aparição.

Embora o Protocolo tenha se apresentado como uma ação necessária e adequada para fazer frente à crise climática, na realidade teve particularidades e problemas estruturais em sua aplicação. Por exemplo: i) os Estados Unidos, um dos maiores emissores globais de gases de efeito estufa, decidiram não o ratificar; e ii) apesar das emissões dos países industrializados terem diminuído em cerca de 20% em 2012 em comparação aos níveis de 1990, as emissões globais, por sua vez, aumentaram em 38% (Schauenberg, 2020).

Por um lado, o primeiro fato é representativo do compromisso débil dos países industrializados e demonstra certo cinismo em sua atuação na moral internacional. Isto porque esses países são os que elevaram a situação atual como crise, além de demandarem à sociedade ações imediatas e individuais, quando, na realidade, essas ações frente à crise não questionam o modelo de produção e crescimento econômico global desigual.

Por outro lado, o segundo ponto nos faz perguntar por que, apesar da redução das emissões nos países industrializados, as emissões globais aumentaram? Isso pode ser explicado, em parte, por dois fatores: primeiro, o Protocolo de Quioto estabeleceu mecanismos de comércio de carbono que permitiram aos países industrializados continuar,

ou até aumentar, suas emissões internas (nas fronteiras do Estado), enquanto compravam créditos de carbono ou desenvolviam projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento, reduzindo a contabilidade oficial de emissões (ONU, 1997).⁵ Segundo, a demanda por matérias-primas no sistema capitalista continuou a crescer, levando a uma intensificação do extrativismo nos países subdesenvolvidos para sustentar os desejos de crescimento econômico (Machado, 2023). Isso foi intensificado pelo aumento do preço das matérias-primas e *commodities* durante os primeiros quinze anos do século XXI, resultando no estabelecimento de modelos de desenvolvimento neoextrativistas em regiões como a América Latina (Brand; Dietz; Lang, 2016). Essa realidade produziu uma expansão das fronteiras agrícolas e mineiras, ocasionando mudanças no uso da terra e incrementando o uso de energia, o que provocou o aumento das emissões de gases de efeito estufa e outras consequências socioecológicas.

Em consequência disso, podemos afirmar que esse Protocolo, apresentado como uma solução adequada para a crise climática, serviu, na verdade, para criar condições estruturais e práticas que reproduzem o desenvolvimento geográfico desigual e perpetuam o problema. Por exemplo, com o estabelecimento do projeto REDD+⁶ na Conferência das Partes número 13, em 2007, criou-se um mercado de carbono a serviço dos países desenvolvidos. Esse mecanismo permitiu que esses países continuassem a poluir por meio da compra de fixação de carbono em países subdesenvolvidos. Muitos desses projetos foram executados em territórios indígenas e camponeses da América Latina, condicionando e mercantilizando modos de vida locais (Bayrak; Marafa, 2016; Ramírez, 2017). Nesse sentido, argumentamos que essas políticas, parte da moral internacional, funcionam como uma ideologia que desvia o foco das causas estruturais da crise, além de limitar a sua solução.

⁵ Esse procedimento representa uma forma de adiar o problema mediante ajustes espaciais ou temporais.

⁶ REDD+ é o acrônimo de “Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal, mais a conservação e aumento dos estoques de carbono florestal e o manejo sustentável das florestas”.

O Acordo de Paris, em 2015, foi o próximo tratado internacional a implementar a Convenção-Quadro de 1992. Esse documento reafirma a concepção da crise climática como uma “ameaça” e propõe limitar o aumento da temperatura global a menos de 2 °C (ONU, 2015). Tal formulação reforça ao menos duas interpretações: i) confirma a ideia da crise climática como uma ameaça externa que gera sentimentos de preocupação e alarme mundial pelo futuro, justificando a mobilização de recursos e esforços; e ii) a “solução” para o problema é apresentada de forma numérica (um valor de temperatura e contabilização das emissões), despolitizando o debate e reduzindo-o a um jogo de adições e subtrações de temperaturas ou emissões, obviando considerar o sofrimento ecológico que está se desenvolvendo no mundo.

Esse tratado se diferencia do Protocolo de Quioto ao aplicar suas medidas a países desenvolvidos e em desenvolvimento. A importância desse documento, para nosso caso, é que estipula que todos os países devem adotar medidas de mitigação para enfrentar o desafio climático, sendo colocados uma série de valores morais como: ambição, responsabilidade comum, solidariedade, transparência e integridade (ONU, 2015). Esses valores servem como um ideal de atuação sobre como os países devem reagir nas relações internacionais frente à crise (Robbins, 2015).

O Acordo de Paris foi a política que consagrou a descarbonização ou neutralidade em carbono na moral internacional, base do que foi chamado “consenso da descarbonização” (Bringel; Svampa, 2023). Essa ação apresentou-se como adequada, desejável e necessária para combater a crise climática. Desse modo, em 2014, o então secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmava que a descarbonização era o caminho necessário e possível, convocando os países a agirem decisivamente para evitar as piores consequências (ONU-Brasil, 2014). Já em 2020, António Guterres, atual secretário-geral da ONU, reafirmou a necessidade de “[...] uma coligação verdadeiramente global em

prol da neutralidade carbônica até 2050” (Guterres, 2020). E em 2022, Andrea Meza, secretária executiva adjunta da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, declarou que a “descarbonização não pode esperar” (Meza, 2022, tradução nossa).⁷

Apesar das boas intenções expressas pelos agentes e nas políticas internacionais, a realidade demonstra que algo não está sendo feito corretamente. Por exemplo, foi registrado que a temperatura da superfície global é atualmente 1,1 °C mais alta do que era em 1900, em decorrência de um uso particular de energia, da terra e dos padrões de produção e consumo (IPCC, 2023). Especificamente, esse consumo global continua a crescer, sustentado num “modo de vida imperial” que demanda cada vez mais recursos, provocando a expansão das fronteiras do extrativismo no mundo e potencializando a crise ecológica (Brand; Wissen, 2017). Por isso, podemos concluir que essas declarações, assim como as políticas para enfrentar a crise climática, estão sustentadas na construção de uma moral internacional de caráter ideológica, que atribui um conjunto de “boas intenções” às ações, mas que, na prática, servem mais para apaziguar consciências do que para enfrentar as causas profundas do problema.

A descarbonização tornou-se um consenso na moral internacional, interpretada como a solução adequada e necessária para combater a crise climática. Ademais, essas políticas foram colocadas como marcadores de moralidade nas relações internacionais, sendo reconhecidas como exemplares e como demonstrações de responsabilidade com a humanidade (Sundar, 2018). No entanto, o efeito social perverso dessa moralidade é a criação de uma “cortina de fumaça” que mobiliza abundantes recursos financeiros e fomenta políticas e programas nacionais que não resolvem a crise, somente a perpetuam.

⁷ Texto original em espanhol: “La descarbonización no puede esperar” (Meza, 2022).

3. A Costa Rica na moral internacional: agenda ambiental e descarbonização

A construção da Costa Rica como país exemplo ambiental foi um projeto político concebido desde a segunda metade do século XX. Esse projeto permitiu ao país se posicionar na moral ambiental internacional e lucrar economicamente com as suas ações em prol do ambiente. Aqui interessa destacar que a realidade de um país não é simplesmente resultado de realidades e forças globais, mas as situações são construídas mediante uma complexa relação de processos e dinâmicas globais-nacionais.

Os elementos atuais que compõem a exemplaridade ambiental costarriquenha estruturam-se em torno de três grandes eixos: conservação florestal, desenvolvimento sustentável e luta contra a crise climática. As ações executadas nesses eixos surgiram sucessivamente e complementaram-se ao longo do tempo, criando uma estrutura moral que consolidou a Costa Rica como uma república “verde” e pioneira em sustentabilidade no cenário global (Ramírez, 2020).

A seguir, destacam-se algumas ações importantes nesses três eixos, que contribuíram para posicionar a Costa Rica como uma referência moral internacional em temas ambientais:

1. **Conservação florestal:** A Costa Rica é amplamente reconhecida em escala global por desenvolver um modelo exemplar de conservação das florestas. Esse modelo foi crucial para reverter o desmatamento no país. Na década de 1980, somente cerca de 21% de seu território tinha cobertura florestal, enquanto em 2020, essa área subiu para aproximadamente 50% (PNUD, 2021; Rodríguez, 2022; UNRIC, 2020). O anterior foi possível pela criação de “parques nacionais” que colaborou, ademais, para o desenvolvimento do ecoturismo e a geração de divisas internacionais, fortalecendo o imaginário da Costa Rica como uma “república verde” (Ramírez, 2020).

2. **Desenvolvimento sustentável:** Antes da Conferência Eco-92 no Rio de Janeiro⁸, que globalizou o conceito de desenvolvimento sustentável, a Costa Rica já estava formando sua própria estratégia de sustentabilidade, em consonância com o Relatório Brundtland de 1987 (Gutiérrez; Granados, 2020). Em 1986, o país estabeleceu a integração da sustentabilidade ao seu desenvolvimento, vinculando a conservação da floresta como mecanismo de crescimento econômico (Herrera, 2013). Nessa mesma década, o país foi mundialmente precursor na criação de um programa de “Pagamentos por Serviços Ambientais”, incentivando a conservação florestal privada mediante incentivos econômicos (Gutiérrez; Granados, 2020; Ramírez, 2020). Além disso, diversas legislações ambientais foram promulgadas, incluindo a reforma do Artigo 50 da Constituição Política em 1994, que assegurava o direito a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para toda a população (Costa Rica, 1949). Ademais, foram decretadas a Lei de Conservação da Vida Silvestre (1992), a Lei Orgânica do Ambiente (1995), a Lei Florestal (1996) e a Lei de Biodiversidade (1998). Essas normativas estabeleceram princípios básicos para a gestão ambiental em consonância com o estipulado na escala internacional nessa matéria.
3. **Luta contra a crise climática:** A Costa Rica chegou no cenário político da crise climática com a reputação de ser líder em conservação ambiental e sustentabilidade. Aproveitou essa conjuntura para criar mecanismos que gerassem recursos econômicos, reforçando a mercantilização da natureza. Em consequência, o país desenvolveu três projetos principais que o permitiram atuar na escala internacional: i) Em 2005, a Costa Rica e Papua-Nova Guiné propuseram incorporar na estratégia global de mitigação da crise climática a ideia de “Pagamentos por Serviços Ambientais” que já era desenvolvido nesses países. Como consequência, foi criado pelas Nações Unidas o projeto REDD+, já mencionado (Lana, 2020; Presidencia de la República, 2019a; UN Climate Change, 2023). Este mecanismo representa um dos

⁸ Cúpula da Terra ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

mais importantes na política internacional para a compensação de emissões e permitiu instrumentalizar as ações do Protocolo de Quioto. ii) Em 2007, foi lançado o compromisso da Costa Rica para se converter em um país “carbono neutral” até o ano 2021 (Poder Ejecutivo, 2018). Na sequência, em 2012 foi lançado o programa “País Carbono Neutralidade”, representando um mecanismo voluntário para organizações, comunidades, estabelecimentos educacionais e fabricantes de produtos para a medição e redução de suas emissões de carbono (Dirección de Cambio Climático, s.d; World Bank, 2020). iii) Em 2019, foi oficializado o “Plano Nacional de Descarbonização”, política pioneira no cenário internacional, cujo objetivo foi transformar a economia do país em “zero emissões” (Presidencia de la República, 2019b).

Esses três eixos entrelaçam-se na constituição e reconhecimento internacional do país como “excepcionalmente verde”. Isso construiu uma moral que atuará em escala internacional, sustentada na ideia da Costa Rica como um país pioneiro e comprometido no nível ambiental. Destaca-se, nos pontos apresentados, que a Costa Rica parece estar “adiantada” à oficialização internacional de certos paradigmas, por exemplo, o desenvolvimento sustentável e a carbono neutralidade. Essa realidade é fundamental para o seu reconhecimento internacional, situação que o Estado aproveitou para fazer política externa e construir uma imagem moral de país “verde”.

Desse modo, a excepcionalidade verde costarrriquenha representa uma ideia com um poder ideológico que atua geopoliticamente, mas também em escala nacional. Outras pesquisas apontaram que a excepcionalidade costarrriquenha tradicional de país democrático e pacífico foi atualizada pelo discurso “verde”, agregando a ideia de ser um país sustentável (Edelman, 2019; Gutiérrez; Granados, 2020). Ao materializar esses valores, o país fortalece um imaginário que contribui para posicioná-lo na ordem internacional como um modelo estatal a ser seguido.

A excepcionalidade “verde” costarriquenha é um projeto vivo e em movimento, aberto a receber novos elementos em seu desenvolvimento. Nesse sentido, na próxima seção, será explorada a interação entre o projeto da descarbonização, o imaginário nacional e a moral internacional frente à crise climática.

3.1. A descarbonização e a sua moral na Costa Rica

A Costa Rica apropriou a descarbonização e a sua moral como estratégia ambiental para atuar na política internacional como um Estado exemplar. Esse projeto foi organizado pelo Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica, oficializado em 2019. Sua finalidade principal é transformar a economia costarriquenha em “zero emissões” e, para isso, propõe mudanças nos setores de transporte, sistema elétrico, construção, produção industrial e agropecuária, gestão de resíduos sólidos e gestão do território (Presidência de la República, 2019b). Alguns dos eixos de trabalho da descarbonização serão os seguintes:

- i) Desenvolvimento de um sistema de mobilidade baseado em transporte público seguro, eficiente e movido por fontes renováveis, além da promoção de esquemas de mobilidade ativa.
- ii) Transformação da frota de veículos leves para modelos com emissões zero, abastecidos com energia renovável em vez de combustíveis fósseis.
- iii) Consolidação do sistema elétrico nacional com a capacidade, flexibilidade, inteligência e resiliência suficientes para fornecer e gerenciar energia renovável a custos competitivos.
- iv) Desenvolvimento de edifícios de uso misto (comercial, residencial, institucional) com padrões de alta eficiência e processos de baixa emissão.
- v) Transformação do setor industrial por meio de processos e tecnologias que utilizem energia proveniente de fontes renováveis ou outras alternativas eficientes e sustentáveis, de baixa ou nenhuma emissão.
- vi) Promoção de sistemas agroalimentares altamente eficientes, capazes de gerar produtos com baixo teor de carbono para exportação e consumo interno.
- vii) Consolidação de um modelo pecuário eco-competitivo, com base na produtividade e na redução das emissões de gases de efeito estufa.
- ix) Reforma abrangente da estrutura institucional rumo ao Bicente-

nário. x) Elaboração de uma estratégia de financiamento e atração de investimentos para viabilizar a transformação (Presidencia de la República, 2019b, p. 31, tradução nossa).⁹

Por outro lado, a construção do documento do plano foi obra de uma série de atores que pertencem a setores variados, que vão desde ministérios e instituições estatais, organismos internacionais, agências de cooperação, câmaras empresariais, empresas, instituições de educação até bancos públicos e privados. No total, 95 atores foram parte de sua formulação (Presidencia de la República, 2019b). Esse fato faz pensar na criação de um consenso, mas também de um conteúdo potencialmente conservador que não desafiará as estruturas de produção, além de criar eixos de acumulação de capital, por exemplo, mediante investimentos e processos de financeirização da natureza.

A seguir, serão discutidos os valores morais identificados no Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica que consolidam o país como exemplaridade ambiental. Esses valores também mobilizam objetivos políticos e reforçam a hegemonia de um quadro de ações consideradas adequadas para mitigar a crise climática.

⁹ Texto original em espanhol: “1. Desarrollo de un sistema de movilidad basado en transporte público seguro, eficiente y renovable, y en esquemas de movilidad activa. 2. Transformación de la flota de vehículos ligeros a cero emisiones, nutrido de energía renovable, no de origen fósil. 3. Fomento de un transporte de carga que adopte modalidades, tecnologías y fuentes de energía cero emisiones o las más bajas posibles. 4. Consolidación del sistema eléctrico nacional con capacidad, flexibilidad, inteligencia, y resiliencia necesaria para abastecer y gestionar energía renovable a costo competitivo. 5. Desarrollo de edificaciones de diversos usos (comercial, residencial, institucional) bajos estándares de alta eficiencia y procesos de bajas emisiones. 6. Transformación del sector industrial mediante procesos y tecnologías que utilicen energía de fuentes renovables u otras eficientes y sostenibles de baja y cero emisiones. 7. Desarrollo de un sistema de gestión integrada de residuos basado en la separación, reutilización, revalorización, y disposición final de máxima eficiencia y bajas emisiones de gases de efecto invernadero. 8. Fomento de sistemas agroalimentarios altamente eficientes que generen bienes de exportación y consumo local bajos en carbono. 9. Consolidación de modelo ganadero eco-competitivo basado en la eficiencia productiva y disminución de gases de efecto invernadero. 10. Consolidación de un modelo de gestión de territorios rurales, urbanos y costeros que facilite la protección de la biodiversidad, el incremento y mantenimiento de la cobertura forestal y servicios ecosistémicos a partir de soluciones basadas en la naturaleza” (Presidencia de la República, 2019b, p. 31).

3.1.1. Liderança “verde”: entre tradição, compromisso e responsabilidade

A Costa Rica formulou esse Plano já sendo reconhecido internacionalmente como um país líder, com tradição, compromisso e responsabilidade ambiental. Isto fica evidente na seguinte declaração da ONU, no momento em que o país estabeleceu o projeto de descarbonização:

Durante décadas, a Costa Rica surpreendeu o mundo ao se posicionar como líder ambiental global. Agora, a nação centro-americana está abraçando o desafio verde definitivo com um plano detalhado para descarbonizar sua economia até 2050 (UNEP, 2019b, tradução nossa).¹⁰

Essa liderança “verde” consolidou-se por meio de uma trajetória de ações em gestão ambiental que, segundo organismos internacionais e instituições financeiras multilaterais, representou um exemplo de atuação em escala global, sendo uma referência internacional de como harmonizar conservação com crescimento econômico (Herrera, 2013; Ramírez, 2020). O projeto de descarbonização visava consolidar esse reconhecimento internacional e atualizar sua exemplaridade. Sergio Díaz-Castro, presidente executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), afirmou:

[...] acreditamos na liderança, na criatividade inovadora e na capacidade de resposta pioneira de nossos irmãos e irmãs costarriquenhos ao nível regional e global, o que os tornou um país de referência na luta contra as mudanças climáticas e na preservação da biodiversidade [...] (CAF, 2023, tradução nossa).¹¹

¹⁰ Texto original em espanhol: “Por décadas, Costa Rica ha sorprendido al mundo posicionándose como un líder ambiental global. Ahora la nación centroamericana abraza el máximo desafío ecológico con un plan detallado para descarbonizar su economía en 2050” (UNEP, 2019b).

¹¹ Texto original em espanhol: “Desde CAF creemos en el liderazgo, en la creatividad innovadora y en la capacidad de respuesta pionera que han impulsado nuestros hermanos y hermanas costarricenses a nivel regional y global que los ha convertido en país referente en la lucha contra el cambio climático la preservación de la biodiversidad” (CAF, 2023).

Desde a visão nacional, as autoridades costarriquenhas apontaram que o projeto de descarbonização representa um compromisso e uma responsabilidade com o estipulado no Acordo de Paris. No documento do Plano, as ações são descritas como ambiciosas e à altura dos desafios do momento histórico. Por exemplo, é mencionado que:

Embora a maioria dos compromissos nacionais com o Acordo (ou “NDCs”) proponha reduções de emissões que ficam atrás do desafio climático, a Costa Rica comprometeu-se com uma meta compatível com os objetivos de descarbonização do Acordo (Presidencia de la República, 2019b, p. 3, tradução nossa).¹²

Além disso, a descarbonização chegou a ser comparada à abolição das Forças Armadas na Costa Rica em 1949 – agora atualizada como a necessidade de “abolir o uso de combustíveis fósseis na economia” (Presidencia de la República, 2019b, p. 68, tradução nossa).¹³ Neste sentido, esta política serve como recurso de poder para o fortalecimento de outros imaginários nacionais que se inserem na moral internacional como valores adequados e pioneiros, constituindo-se em exemplo para outros países e sustentando uma identidade costarriquenha.

O ex-presidente Carlos Alvarado Quesada (2018-2022), um dos principais artífices do Plano de Descarbonização, reforçou essa comparação ao afirmar:

Há setenta anos, a Costa Rica aboliu as Forças Armadas e optou por ser um país de paz e, por muitos anos, teve educação pública gratuita e obrigatória para as crianças. E há cerca de 50 anos, o país começou a avançar em uma série de políticas ambientais inovadoras, porque o paradigma do desenvolvimento sustentável está no DNA dos costarriquenhos (UNEP, 2019b, tradução nossa).¹⁴

12 Texto original em espanhol: “Mientras la mayoría de los compromisos nacionales ante el Acuerdo (o “NDCs”) proponen reducciones de emisiones que no están a la altura del reto climático, Costa Rica sí se comprometió con una meta consistente con los objetivos de descarbonización del Acuerdo” (Presidencia de la República, 2019b, p. 3).

13 Texto original em espanhol: “Abolir el uso de combustibles fósiles en nuestra economía” (Presidencia de la República, 2019b, p. 68).

14 Texto original em espanhol: “Hace 70 años, Costa Rica abolió las fuerzas armadas y optó por ser un país de paz y por muchos años ha tenido educación pública, gratuita y obligatoria para los niños. Y hace cerca de 50 años, el país empezó a avanzar en una serie de políticas ambientales innovadoras, porque el paradigma de desarrollo sostenible está en el ADN de los costarricenses” (UNEP, 2019b).

Essa afirmação eleva a tradição de ações ambientais a um valor “natural” da população e do Estado costarricense, criando uma moral com funcionalidade social que, nas relações internacionais, se traduz numa estrutura ética de atuação e formação de julgamentos (Fassin, 2018). Além disso, Alvarado Quesada afirmou que a descarbonização representa um “dever ético com nossa própria história e para o mundo”¹⁵, destacando a Costa Rica como um exemplo internacional (DW Español, 2018, tradução nossa).

Essa política visa posicionar a Costa Rica como líder global na descarbonização e substituição de combustíveis fósseis, enquanto, ao mesmo tempo, agrega valor econômico e contribui com os esforços internacionais contra a crise climática (Presidencia de la República, 2019b). Paralelamente, esse discurso também colabora para a reprodução de uma estrutura internacional hegemônica, que propõe uma saída para a crise sem questionar o paradigma do crescimento econômico dominante, promovendo a geração de uma “riqueza com rosto ambiental ou verde”.

Outro ponto relevante para consolidar a Costa Rica como um país pioneiro e exemplar é a ambição de transformá-lo em um “laboratório de descarbonização”. Através dessa iniciativa, a Costa Rica promoverá iniciativas, projetos e ações que sirvam como exemplo para outros países. No entanto, essa estratégia será impulsionada pelo setor privado e o Estado planeja criar condições para atrair investimentos para sua consolidação (Presidencia de la República, 2019b).

Tal estratégia pode ser considerada vantajosa para a acumulação de capital, ao abrir novos mercados, como a geração de energias renováveis, base do consenso da descarbonização (Bringel; Svampa, 2023). O pesquisador Alexander Segovia (2023) demonstrou que as elites econômicas e empresas multinacionais centro-americanas têm uma participação crescente no mercado de geração dessas energias. Por exemplo, o Grupo FIFCO (família Mendiola na Costa Rica) participa na geração de energia hidroelétrica, o

15 Fala original em espanhol: “Es un deber ético con nuestro propia historia y con lo que podemos hacer en el mundo” (DW Español, 2018).

Grupo CASSA (família Regalado em El Salvador) atua na produção de energia por biomassa e a “Corporación Multi-inversiones” (família Gutiérrez-Bosch na Guatemala) envolve-se na geração de energia hidrelétrica, solar e eólica (Segovia, 2023).

Isso evidencia como as crises no capitalismo podem ser convertidas em oportunidades para a renovação de fontes de geração de riqueza. Como consequência, a moral internacional construída em torno da crise climática auxilia as elites na criação de uma agência social funcional aos seus interesses de acumulação de capital. Nesse contexto, esses atores se apropriam de um problema público, adaptando-o às suas necessidades e abrindo caminhos para a produção de capital.

Por fim, as autoridades costarriquenhas sustentam que o compromisso e a responsabilidade ambiental do país, baseados na construção de sua exemplaridade, representam uma tradição e não uma resposta circunstancial. Nesse sentido, expressam que o país tem uma longa trajetória de ações nessa área, ainda que, no passado, essas iniciativas não fossem denominadas “descarbonização” (Presidencia de la República, 2019b).

3.1.2. Orgulho: honrar a tradição “verde”

A tradição “verde” da Costa Rica, base da construção de sua excepcionalidade/exemplaridade, constitui uma fonte de orgulho no imaginário nacional. Esse excepcionalismo “verde”, desenvolvido em tempos neoliberais, possui uma função social importante na construção do Estado-nação, servindo como eixo para reconfigurar, sob elementos ambientais, o nacionalismo costarriquenho (Gutiérrez; Granados, 2020). Isso representa um recurso de poder que constrói uma identidade nacional que gera um sentimento de orgulho entre seus cidadãos, potencializado pelo reconhecimento internacional no tema.

O ex-presidente Carlos Alvarado Quesada, num vídeo publicitário destinado explicar por que o país recebeu o galardão ambiental da ONU, afirmou:

[...] é uma honra para o meu país receber este prêmio devido ao que foi feito por aqueles que vieram antes e por aqueles que estão agora. É uma grande responsabilidade sermos coerentes com este legado e avançarmos. E não se trata somente de fazer o mesmo, o que isto significa é que temos de fazer mais [...] (La Nación Costa Rica, 2019, tradução nossa).¹⁶

Observa-se nesse discurso como os atores políticos comunicam que suas ações fazem parte de uma tradição que eles estão honrando. Além disso, essa postura representa uma fonte de orgulho, ao indicar que o país age de uma maneira exemplar e adequada, ao contrário da “média” internacional.

Sobre a relevância social dessas ações de descarbonização, o ex-presidente Alvarado Quesada afirmou:

Gostaria de conseguir, no ano 2050, mesmo que pareça muito distante, poder dizer ao meu filho, que hoje tem 6 anos, que fizemos a coisa certa, que fizemos o que tínhamos de fazer para que ele pudesse ver um mundo melhor, principalmente frente aos efeitos da mudança climática. A ação tem que acontecer agora! (La Nación Costa Rica, 2019, tradução nossa).¹⁷

Isso demonstra a construção de um discurso que visa posicionar a Costa Rica como um exemplo moral para as outras nações, apresentando-se como se fosse um “pai exemplar” com liderança. Além de refletir que, em momentos históricos críticos, o país soube agir de maneira correta.

Complementarmente, no Plano Nacional de Descarbonização, apresentam-se as ações propostas como uma fonte de orgulho para a população costarriquenha. Isso porque o país soube escutar as demandas e necessidades internacionais e atuou nessa direção para procurar soluções (Presidencia de la República, 2019b). Esse desempenho é visto, no cenário internacional, como um exemplo de moralidade, reforçada pela ONU ao

16 Fala original em espanhol: “Es un honor que mi país reciba esto por lo que han hecho quienes han estado antes y quienes están ahora. Es una gran responsabilidad de ser consistentes con este legado y seguir adelante. Y no es haciendo lo mismo, lo que esto significa es: tenemos que hacer más” (La Nación Costa Rica, 2019).

17 Fala original em espanhol: “A mí me gustaría lograr que en el año 2050, aunque parezca muy lejano, yo le pueda responder a mi hijo que tiene seis años: en este momento hicimos lo correcto; hicimos lo que había que hacer para que él pudiera ver un mundo mejor, principalmente frente a los efectos del Cambio Climático. ¡La acción tiene que ocurrir ya!” (La Nación Costa Rica, 2019).

afirmar que “[...] a Costa Rica é uma das primeiras a transformar as promessas em um plano sólido e a dar sentido a elas em termos econômicos e sociais” (UNEP, 2019b, tradução nossa).¹⁸

Esse orgulho em honrar a tradição “verde” posiciona a Costa Rica como uma nação com superioridade moral, chamada a atuar devido às suas condições privilegiadas. Em uma palestra no *TEDx Talks*, o ex-presidente Alvarado Quesada afirmou:

[...] na Costa Rica temos a responsabilidade, perante nós mesmos e nossa história, perante as gerações que nos precederam e perante o mundo, de fazer o que é certo. Não somente porque queremos, mas porque podemos, graças à nossa democracia, nossa defesa dos direitos humanos, nossa matriz energética limpa e renovável e nossas condições privilegiadas de desenvolvimento [...] (TEDx Talks, 2019, tradução nossa).¹⁹

A descarbonização representa uma ação política por meio da qual a Costa Rica busca se posicionar na geopolítica e na moral internacional. Para incorporar essa iniciativa ao imaginário nacional e gerar identificação, as autoridades costarriquenhas recorrem ao orgulho da história do país, procurando “recrutar” a população, como em uma “guerra”, para a luta contra a crise climática. Nesse sentido, o ex-presidente Alvarado Quesada encerrou uma de suas palestras afirmando a importância do projeto de descarbonização e “[...] com isso espero recrutá-los e recrutá-las para essa grande luta inspiradora que lançamos a partir da Costa Rica [...]” (TEDx Talks, 2019, tradução nossa).²⁰

18 Texto original em espanhol: “Costa Rica es uno de los primeros en convertir las promesas en un plan sólido y en darles sentido en términos económicos y sociales” (UNEP, 2019b).

19 Fala original em espanhol: “Desde Costa Rica tenemos una responsabilidad, para con nosotros mismos y con nuestra historia, para las generaciones que nos han antecedido, y también para con el mundo de hacer lo que es correcto. No solo porque queremos, si no porque podemos. Gracias a nuestra democracia, a nuestra defensa de los derechos humanos, a nuestra matriz eléctrica limpia y renovable, y a nuestras condiciones privilegiada para el desarrollo” (TEDx Talks, 2019).

20 Fala original em espanhol: “Con esto espero reclutarlas y reclutarlos para esta gran lucha inspiradora que es la descarbonización que lanzamos desde Costa Rica” (TEDx Talks, 2019).

3.1.3. Sustentabilidade econômica: a construção de uma “economia zero emissões”.

O Plano Nacional de Descarbonização constitui um guia moral para a atuação nacional frente à crise climática que permitirá intervir em áreas estratégicas do Estado. Seu objetivo é intervir e transformar a economia por meio de estratégias de planejamento e modernização de setores-chave, como transporte, eletricidade, construção, indústria, agricultura e conservação. A meta proposta é converter a economia em “zero emissões” até 2050 (Presidencia de la República, 2019b).

Essa transformação econômica é sustentada por valores de modernização, empregabilidade e crescimento sustentável (UNFCCC, 2019), refletindo visões tradicionais que priorizam o crescimento econômico como base e meio do desenvolvimento (Gudynas, 2020). Esses valores ocupam posições de destaque na hierarquia de credibilidade na moral internacional (Becker, 2018), contribuindo para a consolidação desse modelo de desenvolvimento como hegemônico e mandatário universal.

A economia “zero emissões” representa a meta moral superior da descarbonização. Isso é promovido e justificado via uso político da sustentabilidade como narrativa legitimadora (Franquesa, 2007). Nesse contexto, termos como “bioeconomia” e “crescimento verde” são usados para promover inclusão e qualidade de vida, mas, muitas vezes, são conceitos usados vagamente, funcionando mais como metáforas que justificam o projeto de descarbonização. Esse discurso, no entanto, negligencia as contradições nas relações sociedade-natureza e os conflitos sociais existentes na apropriação dos recursos naturais (Rodrigues, 2005, 2012; Swyngedouw, 2011).

Além disso, esse projeto de refundação da economia visa gerar novos recursos e empregos “verdes”, promovendo crescimento econômico sem incrementar a poluição ou destruir o capital natural (Presidencia de la República, 2019b). Contudo, esse discurso reforça um paradigma que propõe soluções técnico-gerenciais para a crise climática que demonstraram, até o momento, ser pouco efetivas, mas são oferecidas como capazes de deter a crise (Swyngedouw, 2021).

O Plano Nacional de Descarbonização vê a crise climática como uma oportunidade econômica para o país (Presidencia de la República, 2019b). Essa conceituação posiciona a crise climática como um componente e ativo econômico, instrumentalizando o problema social para criar condições de reprodução do sistema capitalista. Além disso, oculta a existência de classes sociais (Rodrigues, 2005) e a consideração de que essa oportunidade será aproveitada e apropriada diferentemente pela sociedade.

A moral construída pela Costa Rica em torno de sua exemplaridade ambiental busca se posicionar como parte de um projeto de política externa. Desse modo, pretende-se utilizar essa moral como um mecanismo para atrair investimentos e produzir valor. Para isso, promoverá a geração de capital por meio da natureza, estimulando investimentos em capital natural, permitindo consolidar a marca diferenciadora da Costa Rica (Presidencia de la República, 2019b).

Esse projeto é impulsionado também por diversos atores internacionais, por exemplo, os bancos multilaterais. Esse é o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, desde o ano 2019, apoia a implementação da descarbonização da Costa Rica. Em um documento desse banco em que apresentam os custos e benefícios da descarbonização, reforça-se a ideia de que esse projeto representa uma oportunidade para a prosperidade (Groves *et al.*, 2020). Isso permite a incorporação do ambiente em geral, e a crise climática em particular, nos circuitos internacionais de circulação e acumulação de capital (March, 2013).

Finalmente, a moralidade desse projeto estabelece novas punições para aqueles que não atuam conforme os padrões estabelecidos. Desse modo, se propõe criar sanções para as externalidades negativas, como a poluição atmosférica, mediante a criação de “taxas de emissão para fontes móveis e estacionárias” como ingresso fiscal e caminho para fixar um preço do carbono (Presidencia de la República, 2019b). Até agora, esses impostos provêm da venda de gasolina, que representam, ao contrário, um incentivo para seu consumo. Nesse contexto, a moralidade representa uma questão social que aspira gerar formas de correção quando não se cumpre o definido (Durkheim, 2018). Mas

também é utilizada para mobilizar seus interesses e disciplinar atores sociais, reforçando o projeto hegemônico global.

Reflexões finais

A crise climática não representa somente um problema fundamental para o presente e o futuro da humanidade, mas também simboliza uma questão que leva ao questionamento do modelo de organização social e das formas dominantes de uso e apropriação da natureza. Os atores hegemônicos, que se beneficiam dos modelos de produção existentes, buscam criar e posicionar respostas e saídas que não comprometam seus meios de sustentação, como acontece com a descarbonização. Uma das estratégias utilizadas é intervir na “esfera pública” por meio de uma narrativa que apresenta suas ações como “adequadas” e apela à emoção da população mundial, reforçando a obrigação dos atores de agir. Assim, constrói-se uma opinião pública (Butt, 2018) ou um senso comum (Gramsci, 2007).

Como consequência, em torno da crise climática está sendo construída uma moralidade internacional carregada de valores que definem suas formas de concepção, representação e solução. Uma de suas principais características é o estabelecimento de um consenso sobre a realidade do problema e a necessidade urgente de abordá-lo por meio de ações imediatas para diminuir as emissões de gases de efeito estufa em escala global (Swyngedouw, 2021). No entanto, essa abordagem tende a ignorar as contribuições diferenciais para a constituição do problema e suas consequências desiguais na sociedade. Dessa forma, organismos internacionais e Estados estabelecem um conjunto de respostas consideradas positivas e necessárias para todos os grupos sociais e territórios, formando uma moralidade de caráter “universal” que, ao longo do tempo, adquire o poder de verdade (Sampson, 2005).

Na análise crítica dos problemas sociais, é essencial compreender como as causas das situações são definidas, pois isso condiciona os modos de agir. Na visão hegemônica, privilegia-se uma concepção do problema como uma ameaça externa, associada principalmente aos gases de efeito estufa, o que resulta num debate despolitizado que localiza a solução na gestão das emissões (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016; Swyngedouw, 2021). Por outro lado, uma perspectiva crítica entende a crise climática não como um problema externo à sociedade ou um mero desajuste de partículas (uma ameaça), mas como um resultado do desenvolvimento histórico do capitalismo, da modernidade e da colonialidade. Trata-se, portanto, de uma crise vinculada às formas de relação, interação e apropriação da natureza que foram estabelecidas e reproduzidas ao longo do tempo (Bookchin, 2010b; Machado, 2023; Moore, 2020, 2022; Porto-Gonçalves, 2012).

Nesse contexto, a descarbonização foi posicionada como um consenso moral em escala global, vista como a solução adequada e necessária para combater a crise climática. Essa resposta insere-se nos enfoques de mitigação, que buscam reduzir as fontes de gases de efeito estufa ou criar sumidouros para sua absorção (IPCC, 2015). No entanto, essa estratégia reflete um projeto político que enquadra e limita as possibilidades de solução. Assim, as transições socioecológicas são reduzidas a uma mera transição energética e as ações de resposta transformam-se em novos mercados ou narrativas dominantes, como a de carbono (Bringel; Svampa, 2023).

É importante destacar que, embora essa moral seja de caráter internacional, sua aplicação não é homogênea. Ela é territorializada funcionalmente, sendo adaptada pelos diferentes atores que a mobilizam, como Estados, empresas ou organismos internacionais. No caso da Costa Rica, o projeto de descarbonização, além de buscar cumprir objetivos internacionais, serve como base para a fundação da “Costa Rica do Bicentenário” (Presidencia de la República, 2019b). Isso demonstra as complexas interações entre política internacional e nacional, bem como a apropriação da moral como recurso de poder para materializar agendas políticas específicas.

Diante disso, é fundamental considerar a descarbonização sob uma perspectiva social, dado seu potencial transformador das relações e estruturas sociais, bem como suas possíveis implicações negativas. Como qualquer política, a descarbonização reflete interesses e objetivos de instituições, grupos ou indivíduos, o que a afasta da neutralidade. Trata-se, portanto, de um projeto com força social, que contribui para a organização da existência humana e define, em parte, os limites das soluções possíveis para os problemas enfrentados (Mouffe, 2007).

No caso da Costa Rica, a territorialização da descarbonização como parte de uma moral internacional facilitou a mobilização de um projeto socioeconômico e político nacional com projeção internacional. Assim, a descarbonização é articulada à ideia da excepcionalidade “verde” costarriquenha, visando garantir prestígio internacional, fortalecer a identidade nacional, atrair investimentos e constituir novos mercados e produtos.

O exemplo ambiental da Costa Rica, como país com liderança, compromisso e responsabilidade “verde”, tornou-se um valor amplamente reconhecido e valorizado por organismos internacionais e outros países. Nesse contexto, a descarbonização desempenha um papel central ao atualizar a exemplaridade ambiental do país conforme as demandas contemporâneas, reafirmando sua posição na moral internacional. Essa exemplaridade não somente apela à consciência dos outros Estados para agirem corretamente, mas também é instrumentalizada para atrair capitais e investimentos, transformando a moral numa oportunidade econômica.

Por fim, a descarbonização, posicionada quase como a única solução desejável, está inserida numa estrutura moral e ideológica que delimita as possibilidades de enfrentamento da crise climática. Ao mesmo tempo, essa estrutura oculta os interesses e projetos políticos e econômicos subjacentes. Nesse sentido, é essencial questionar essas estruturas para abrir espaço à construção de outras visões de mundo e abordagens que permitam enfrentar o problema com justiça social e ecológica.

Referências

- BAYRAK, Mucahid; MARAFA, Lawal. Ten Years of REDD+: A Critical Review of the Impact of REDD+ on Forest-Dependent Communities. **Sustainability**, v. 8, nº 7, pp. 620, 2016.
- BECKER, Howard. De que lado estamos? In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral: Uma antologia crítica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.
- BOOKCHIN, Murray. La muerte de un pequeño planeta. In: BOOKCHIN, Murray (ed.). **Ecología Libertaria**. España: Ediciones Madre Tierra, 1991. pp. 83-93.
- BOOKCHIN, Murray. Nós os ecologistas, nós os anarquistas. In: BOOKCHIN, Murray (org.) **Ecología Social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010a. pp. 169-177.
- BOOKCHIN, Murray. O conceito de ecología social. In: BOOKCHIN, Murray (org.). **Ecología social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010b. pp. 129-142.
- BOOKCHIN, Murray. ¿Qué es la Ecología Social? In: NOVENA OLA (org.). **Murray Bookchin. Ecología Social**. Apuntes desde un Anarquismo verde. Chile: Novena Ola, 2015a. pp. 31-76.
- BOOKCHIN, Murray. Nosotrxs lxs verdes, nosotrxs lxs anarquistas. In: NOVENA OLA (org.). **Murray Bookchin. Ecología Social**. Apuntes desde un Anarquismo verde. Chile: Novena Ola, 2015b. pp. 17-30.
- BRAND, Ulrich; DIETZ, Kristina; LANG, Miriam. Neo-Extractivism in Latin America. One Side of a New Phase of Global Capitalist Dynamics. **Ciencia Política**, v. 11, nº 21, pp. 125-159, 2016.
- BRAND, Ulrich; GÖRG, Christoph. ¿Globalización sostenible? Desarrollo sostenible como pegamento para el montón de cristales trizados del neoliberalismo. **Rev. Ambiente y Sociedad**, v. 6, nº 1, pp. 45-71, 2003.
- BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial**. Sobre la explotación del hombre y de la naturaleza en el capitalismo global. México: Friedrich Ebert Stiftung, 2017.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». **Nueva Sociedad**, nº 306, pp. 51-70, 2023.

BUTT, Leslie. O império do sofrimento. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral**: Uma antologia crítica. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.

CAF. **Costa Rica es pionero en políticas de descarbonización, indica Reporte CAF**. Disponível em: <<https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/2023/10/reporte-de-caf-destaca-la-biodiversidad-de-costa-rica-senala-riesgos-y-urge-a-preservar-el-capital-natural/>>. Acesso em 07/09/2024.

COSTA RICA. **Constitución Política de la República de Costa Rica**. 1949.

DAVIS, Mike. **El desierto que viene**. La ecología de Kropotkin. Barcelona: Virus, 2017.

DIRECCIÓN DE CAMBIO CLIMÁTICO. **Programa País Carbono Neutralidad (PPCN) de Costa Rica**. Ministerio de Ambiente y Energía de Costa Rica, S.d. Disponível em: <<https://cambioclimatico.go.cr/wp-content/uploads/2021/05/PPCN%20Folleto%20general.pdf?t=1618521827>>. Acesso em 04/09/2024.

DURKHEIM, Émile. A determinação do fato moral. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral**: Uma antologia crítica. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.

DW ESPAÑOL. **Carlos Alvarado, presidente de Costa Rica**: “Descarbonizar la economía es un deber ético”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WStOg-JOTac>>. Acesso em 04/09/2024.

EDELMAN, Marc. **Campesinos contra la globalización**. Movimientos sociales rurales en Costa Rica. San José, Costa Rica: Editorial UCR, 2019.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. In: MARTÍNEZ, Leonardo (org.). **Cultura y naturaleza**. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, 2011. pp. 49-74.

FASSIN, Didier. Introdução. A questão moral em antropologia. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral**: Uma antologia crítica. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.

FRANQUESA, Jaume. Vaciar y llenar, o la lógica espacial de la neoliberalización. **Reis**, nº 118, pp. 123-150, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 3:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GROVES, David; SYME, James; MOLINA-PEREZ, Edmundo; CALVO, Carlos; VÍCTOR-GALLARDO, Luis; GODINEZ-ZAMORA, Guido; QUIRÓS-TORTÓS, Jairo; LEÓN, Felipe de; MURILLO, Andrea Meza; GÓMEZ, Valentina Saavedra; VOGT-SCHILB, Adrien. **Costos y beneficios de la descarbonización de la economía de Costa Rica:** Evaluación del Plan Nacional de Descarbonización bajo incertidumbre. [S.l.]: BID, 2020.

GUDYNAS, Eduardo. El pegajoso mito del crecimiento económico y la crítica al desarrollo. **NuestrAmérica**, v. 8, nº 16, pp. 1-21, 2020.

GUTERRES, António. **Neutralidade carbónica até 2050:** A missão mundial mais urgente. ONU News. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/12/1736002>>. Acesso em 27/08/2024.

GUTIÉRREZ, Alberto. Capitalismo verde y energías “limpias”: Costa Rica como laboratorio mundial de descarbonización. **Anuario del Centro de Investigación y Estudios Políticos**, nº 11, pp. 195-228, 2020.

GUTIÉRREZ, Alberto; GRANADOS, Carlos. Nacionalismo, frontera y excepcionalismo verde en Costa Rica. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, nº46, pp. 1-28, 2020.

HERRERA, Mauricio. Sustainable Development in Costa Rica: A Geographic Critique. **Rev. Journal of Latin American Geography**, v. 12, nº 2, 2013.

IPCC. **Cambio climático 2014.** Mitigación del cambio climático. Resumen para responsables de políticas. Suíza: OMM y PNUMA, 2015. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/WG3AR5_SPM_brochure_es-1.pdf>.

IPCC. **Climate change 2023. Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: <[10.59327/IPCC/AR6-9789291691647](https://www.ipcc.ch/report/synthesis-report/)>.

KRENAK, Ailton. Ecologia Política. **Ethnoscintia**, v. 3, nº 2, pp. 1-2, 2018.

LA NACIÓN COSTA RICA. **ONU nombra a Costa Rica como ‘campeón de la Tierra’, su máximo galardón ambiental.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=27gsgbllZEo&list=PLF4FC3JzDbPW6cNWZiRuRrTpoG2_l8vhl&index=2>. Acesso em 08/08/2024.

- LANA, Cibele. **O que é REDD+, como funciona e por que investir**. Disponível em: <<https://sustainablecarbon.com/o-que-e-redd-como-funciona-e-por-que-investir/>>. Acesso em 28/07/2024.
- MACHADO, Horacio. El extractivismo y las raíces del “Antropoceno”. Regímenes de sensibilidad, régimen climático y derechos de la Naturaleza. **Direito e Praxis**, v. 14, nº 1, pp. 407-435, 2023.
- MARCH, Hug. Neoliberalismo y medio ambiente: Una aproximación desde la geografía crítica. **Documents d’Anàlisi Geogràfica**, v. 59, nº 1, pp. 137-153, 2013.
- MEZA, Andrea. **La descarbonización no puede esperar**. Disponível em: <<https://unfccc.int/es/news/la-descarbonizacion-no-puede-esperar>>. Acesso em 27/08/2024.
- MONGE, Claudio. Desarrollo sostenible a la tica: Geopolítica y ambiente en la Administración Figueres Olsen (1994-1998). **Rupturas**, v. 5, nº 1, pp. 1-21, 2014.
- MOORE, Jason. **El capitalismo en la trama de la vida**. Ecología y acumulación de capital. Madrid: Traficantes de sueños, 2020.
- MOORE, Jason. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante Editora, 2022. pp. 97-139.
- MORENO, Camila; CHASSÉ, Daniel; FUHR, Lili. **A Métrica do Carbono: Abstrações Globais e Epistemicídio Ecológico**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boell Brasil, 2016.
- MORTON, Timothy. **El pensamiento ecológico**. Barcelona: Paidós, 2018.
- MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- O’CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Rev. Papeles de Población**, v. 6, nº 24, pp. 9-35, 2000.
- ONU. **Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático**, 1992. Disponível em: <<https://unfccc.int/resource/docs/convkp/convsp.pdf>>
- ONU. **Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change**, 1997. Disponível em:

<<https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/cop3/l07a01.pdf#page=24>>. Acesso em 26/08/2024.

ONU. **Acuerdo de París**, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/files/meetings/paris_nov_2015/application/pdf/paris_agreement_spanish.pdf>. Acesso em 25/07/2024.

ONU-BRASIL. **“Descarbonização do mundo é viável, mas precisa de ações ousadas de todos”, afirma Ban Ki-moon**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/66590-descarboniza%C3%A7%C3%A3o-do-mundo-%C3%A9-vi%C3%A1vel-mas-precisa-de-a%C3%A7%C3%B5es-ousadas-de-todos-afirma-ban-ki-moon>>. Acesso em 27/08/2024.

PNUD. **Costa Rica invertirá \$54 millones en acción climática gracias a la conservación de sus bosques**. Disponível em: <<https://www.undp.org/es/latin-america/comunicados-de-prensa/costa-rica-invertira-54-millones-en-accion-climatica-gracias-la-conservacion-de-sus-bosques>>. Acesso em 04/09/2024.

PODER EJECUTIVO. **Decreto Ejecutivo N.º 41122. Oficializa Programa País Carbono Neutralidad 2.0.**, 2018. Disponível em: <http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=86593&nValor3=0&strTipM=TC>. Acesso em 22/02/2025.

286

POHL, Lucas; SWYNGEDOUW, Erick. Enjoying Climate Change: Jouissance as a political factor. **Political Geography**, n° 101, 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **El desafío ambiental**. México: PNUMA, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n° 1, pp. 16-50, 2012.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Estrategia Nacional REDD+ Costa Rica**. San José, Costa Rica: Ministerio de Ambiente y Energía (MINAE), 2019a. Disponível em: <https://redd.unfccc.int/media/4863_1_fon_estrategia_red_cr_lr.pdf>. Acesso em 28/07/2024.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Plan Nacional de Descarbonización. 2018-2050**. 24 fev. 2019b. Disponível em: <<https://cambioclimatico.minae.go.cr/plan-nacional-de-descarbonizacion/>>. Acesso em 26/07/2024.

- RAMÍREZ, Alonso. **A Political Ecology of Neoliberal Multiculturalism: Social Inclusion and Market-Based Conservation in Indigenous Costa Rica**. Doutorado—[S.l.]: Erasmus University, 2017.
- RAMÍREZ, Alonso. Excepcionalismo verde y desarrollo sostenible en Costa Rica. **Anuario del Centro de Investigación y Estudios Políticos**, nº 11, pp. 1-21, 2020.
- ROBBINS, Joel. Onde no mundo estão os valores? Exemplaridade, Moralidade e Processo Social. **Sociologias**, v. 17, nº 39, pp. 164-196, 2015.
- RODRIGUES, Arlete. Problemática Ambiental = Agenda Política. Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 83, pp. 91-110, 2005.
- RODRIGUES, Arlete. La hegemonía del pensamiento neoliberal y el desarrollo sustentable. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 16, nº 418, pp. 1-11, 2012.
- RODRÍGUEZ, Sebastián. **Cómo Costa Rica revirtió la deforestación y recaudó millones para la conservación**. Disponível em: <<https://dialogue.earth/es/bosques/50074-como-costa-rica-revirtio-la-deforestacion-y-recaudo-millones-para-la-conservacion/>>. Acesso em 04/09/2024.
- SAMPSON, Steven. Integrity Warriors: Global Morality and the Anti-corruption Movement in the Balkans. In: HALLER, Dieter; SHORE, Cris (orgs.). **Corruption: Anthropological Perspectives**. London: Pluto Press/Ann Arbor, 2005. pp. 103–130.
- SCHAUENBERG, Tim. Protocolo de Kyoto foi marco climático, mas insuficiente. **DW**, 16 fev. 2020.
- SEGOVIA, Alexander. **Las complejas relaciones entre élites y la transición verde y justa**. La experiencia de Centroamérica. México: CEPAL, 2023.
- SOUZA, Maria Adélia. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. **Cronos**, v. 10, nº 2, pp. 101-117, 2009.
- SUNDAR, Nandini. Culpa e reparação. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral: Uma antologia crítica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.
- SWYNGEDOUW, Erick. ¿La naturaleza no existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada. **Rev. Urban**, nº 1, pp. 41-66, 2011.
- SWYNGEDOUW, Erick. El apocalipsis es decepcionante: El punto muerto despolitizado del consenso sobre el cambio climático. **Punto Sur**, nº 5, pp. 6-23, 2021.

TEDX TALKS. **La descarbonización: El reto de nuestra generación.** Carlos Alvarado. TEDxPuraVida. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uLHW2zXHgdl>>. Acesso em 08/09/2024.

UN CLIMATE CHANGE. **¿Qué es el programa REDD+?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8KrP5NtkB-M>>. Acesso em 28/07/2024.

UNEP. **Costa Rica recibe máximo galardón ambiental de la ONU por su liderazgo en la lucha contra el cambio climático.** Disponível em: <<https://www.unep.org/es/noticias-y-reportajes/comunicado-de-prensa/costa-rica-recibe-maximo-galardon-ambiental-de-la-onu>>. Acesso em: 08/08/2024a.

UNEP. **Costa Rica: abriendo el camino hacia un planeta más limpio.** Disponível em: <<https://www.unep.org/es/noticias-y-reportajes/reportajes/costa-rica-abriendo-el-camino-hacia-un-planeta-mas-limpio>>. Acesso em 07/09/2024b.

UNFCCC. **Costa Rica se compromete a descarbonizarse para 2050.** Disponível em: <<https://unfccc.int/es/news/costa-rica-se-compromete-a-descarbonizarse-para-2050>>. Acesso em 26/07/2024.

UNRIC. **Costa Rica recibe US\$ 54 millones por sus esfuerzos para reducir la deforestación y acción por el clima.** Disponível em: <<https://unric.org/es/costa-rica-recibe-us-54-millones-por-sus-esfuerzos-para-reducir-la-deforestacion-y-accion-por-el-clima/>>. Acesso em 04/09/2024.

WORLD BANK. **The National Carbon Neutrality Program (PPC).** Washington, D.C: [S.n.]. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/740471617599669995/pdf/Partnership-for-Market-Readiness-Costa-Rica-Program-The-National-Carbon-Neutrality-Program.pdf>>.

Andrés Jiménez Corrales é doutorando em Sociologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista da Universidade da Costa Rica e do projeto internacional de pesquisa “Turning Land into Capital: Historical Conjunctures of (Re-)Production of Wealth in Latin America from the 19th to the 21st century”, financiado pela Fundação Volkswagen. **E-mail:** ajimenez2812@gmail.com

Artigo enviado em 26/02/2025 e aprovado em 02/06/2025.